

Sobre a monografia rural

INTRODUÇÃO

Num trabalho anterior¹ foram esboçados alguns problemas referentes à questão agrária-camponesa em Portugal e recolhidos elementos estatísticos destinados a fornecer um quadro evolutivo global para as duas décadas que se iniciam nos anos cinquenta. Tal trabalho apresentava-se apenas, e explicitamente, como uma abertura para futuras análises concretas, na medida em que se limitava a uma primeira e hesitante tentativa de articular uma problemática teórica de âmbito sociológico com certa evidência empírica, de que de resto se sublinhava a infiability genérica resultante das notórias insuficiências do aparelho estatístico disponível.

A interrogação fundamental centrava-se nas formas que o desenvolvimento do modo de produção capitalista assumia ao nível da agricultura portuguesa. Em termos gerais pareceu possível concluir (abrir uma pista de investigação) no sentido de que não houve ligação exclusiva do desenvolvimento de conjunto do M. P. C. com o desenvolvimento de relações especificamente capitalistas nos campos. Coexistindo com este sector (que supõe a expropriação do produtor directo), reproduz-se duravelmente um outro sector de produção mercantil familiar camponesa a que chamámos, à falta de melhor, sector da submissão formal do trabalho ao capital.

A estrutura agrária portuguesa, materialização de um sistema de relações sociais (relações de poder) apresentava-se assim como um sistema de diferenças ao nível das relações de produção, das classes sociais, dos processos de trabalho, das formas de apropriação do excedente, diferenças esquematicamente referenciáveis às duas grandes modalidades de penetração do capitalismo na agricultura. O que se pretendeu pois afirmar, nessa primeira fase, foi que a dominação do M. P. C. na formação social portuguesa, a lógica da reprodução do capital no seu polo historicamente privilegiado (capital industrial, comercial, bancário, financeiro), se por um lado condiciona e subordina *todas* as formas de produção/reprodução, por outro não tem efeitos necessariamente uniformizadores em termos de agricultura.

O que a teoria das modalidades de penetração nos permitiu, portanto, foi a chegada a um novo ponto de partida com a delimitação global de um objecto teórico de análise. Falar de submissão formal ou de submissão real como modalidade de penetração é apenas enunciar um problema teórico. A sua elucidação passa necessariamente por análises no terreno que, propiciando «conhecimentos concretos de situações concretas», simultanea-

¹ Eduardo de Freitas, J. Ferreira de Almeida, M. Villaverde Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.

mente possibilitem a reformulação/aprofundamento/validação da problemática e da teoria de partida.

A este propósito se põem todas as questões epistemológicas, metodológicas e técnicas habitualmente referenciadas sob a rubrica — hiato entre as linguagens da teoria e da investigação empírica. Não sendo nosso objectivo inventariá-las, é contudo útil tentar clarificar as que condicionem decididamente algumas das opções que trabalhos desta natureza implicam.

A utilização da monografia rural, método (envolvendo teorias e organizando técnicas) habitualmente accionado na pesquisa empírica, levanta justamente algumas dessas questões.

I

USOS DA MONOGRAFIA

1. GEOGRAFIA HUMANA E ANTROPOLOGIA

Os métodos são formas de organizar criticamente as práticas de investigação. Um dos seus momentos fundamentais é o da selecção, por referência ao objecto e à teoria que o constrói, das técnicas, isto é, dos procedimentos mais ou menos normalizados destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação. É ainda função dos métodos o controlo das condições úteis de exercício das mesmas técnicas para a produção de resultados parciais no curso da pesquisa, bem como o relacionamento e integração desses resultados em ordem à obtenção do produto final.

A forma de pesquisa que se designa por monografia circunscreve, dentro das suas múltiplas e diversas utilizações em ciências sociais, um método que se pode reconduzir à designação de «estudo de casos» ou «análise intensiva», na classificação proposta por Greenwood². Para esse autor ele reúne três características principais. Por um lado a «intensidade» — multiplicidade das facetas a explorar na unidade de análise e profundidade dessa exploração, envolvendo a dimensão histórica. Por outro lado, a «flexibilidade» do método — selecção e utilização de uma ampla gama das técnicas disponíveis (desde as técnicas documentais até às várias formas de observação-participante e não participante). Por último, o estudo de casos envolve a recolha de abundante e heterogéneo material informativo, prevenendo-se mesmo, por vezes, a acumulação de virtualmente toda a informação possível sobre a unidade de análise.

Na história de alguns dos campos das ciências sociais a introdução da monografia marca provavelmente um momento de ruptura comparável nos seus efeitos ao da experimentação nas ciências biológicas e físicas. É o caso da etnografia-etnologia em que o efectivo estudo no terreno operou a demarcação em relação às frases pré-teóricas e portanto a inauguração das novas disciplinas científicas³.

Mas se se fizesse uma busca dos primeiros usos monográficos, certamente se encontraria uma tripla origem disciplinar/institucional principal

² Ernest Greenwood, «Métodos de investigação empírica em Sociologia», in *Análise Social*, n.º 11, vol. III, Julho de 1965, p. 331 e sgs.

³ Ver ênfase posta por exemplo por B. Malinowski no trabalho de campo e o declínio do evolucionismo a favor do comparativismo funcionalista. É também, de resto, o caso da escola de Boas, nos Estados Unidos.

para o método: a geografia (e em especial a escola geográfica francesa de Vidal de la Blache); a etnologia (fundamentalmente a escola funcionalista clássica); a ciência social (sociologia) de Le Play e das «sociedades rurais».

Apesar da diversidade dos campos disciplinares, das problemáticas teóricas e dos objectos analíticos, todos esses usos monográficos revelam certos limites de visibilidade teórica impostos pela articulação do método com as teorias que o comandam.

Sem preocupação sistemática, vale a pena dar conta de alguns desses limites.

1.1 A GEOGRAFIA HUMANA

A geografia humana permite a ilustração de um dos problemas que nos interessam: o do espaço. Com ele se relaciona, e no âmbito da geografia a ele se subordina, um outro problema que é de resto igualmente recorrente noutras ciências sociais: o da relação entre variáveis «naturais» e variáveis «sociais». Ambas as questões surgem na forma monográfica, dignificada e institucionalizada academicamente a partir de La Blache.

Não nos ocuparemos da relação/oposição natureza-cultura ou natureza-sociedade, questão que desceu das alturas filosóficas para as disciplinas do campo das ciências sociais; veremos antes, muito brevemente, certos usos teóricos da noção de espaço no âmbito da monografia.

Na monografia geográfica a referência indiscutida é a «região», porção determinada do espaço físico terrestre, quadro de estudo das interações entre os «factos físicos» e os «factos humanos». A justaposição de sucessivas monografias, ou seja, o alargamento progressivo dos espaços físicos assim desbravados de forma analiticamente descontínua, forneceria o saber geográfico sobre conjuntos de regiões, sobre os espaços nacionais e, finalmente, sobre o espaço terrestre.

A monografia tem assim pré-determinado o tipo da sua unidade de análise: um certo espaço físico, ponto de encontro de uma pluralidade de características, de elementos e sobretudo de influências, que justamente se trata de caracterizar. Mas como delimitar em concreto esse espaço — a região — para sobre ele se exercer o trabalho de pesquisa?

A perspectiva empirista impõe aqui os seus protocolos através do apelo à evidência do senso comum capaz de ler directamente a homogeneidade da região. Quer esse senso comum seja predominantemente «instruído» por informação originada na geografia física (traços climáticos, pedológicos, geológicos, hidrográficos, etc.) quer por informação de índole histórico-política (recuperação das delimitações administrativas tradicionais), só pode conduzir a objectos pré-construídos. «Regiões naturais», «regiões-encruzilhadas»,⁴ o que se manifesta sempre é o empirismo sincrético dos critérios e a consequente ambiguidade da unidade de análise. Ambiguidade ocultada e simultaneamente prolongada através do uso sistemático de expressões antropomórficas que consagram a região como sujeito: assim se fala da «individualidade», da «personalidade», da «fisionomia» regionais⁵.

⁴ Max Derruau, *Geografia Humana II*, Lisboa, Presença, p. 286 e segs.

⁵ Yves Lacoste, «La Géographie» in *Histoire de la Philosophie*, direcção de François Châtelet, vol 7, *La Philosophie des Sciences Sociales*, Paris, Hachette p. 286 e seguintes (tradução portuguesa de Publicações Dom Quixote).

Para Yves Lacoste o problema epistemológico fundamental da geografia reside nas implicações da mudança de escala de observação. A perspectiva empirista tenderia a pôr o problema apenas em termos de quantidade de informação recebida. Mas para Lacoste a mudança de escala traduz-se, ao contrário, em mudança de nível de análise, em mudança dos fenómenos observados, em mudança de conceptualização, em mudança de problemática ⁶.

Quer dizer que mesmo em termos das variáveis «físicas» não haverá inocência possível na escolha e na transposição dos espaços. A operação de fechamento do campo analítico também aí implica necessariamente opções teóricas, que ao abrirem a visibilidade de certas estruturas e de certas relações, remetem para a sombra, ocultam ou deformam outras relações e outras estruturas.

Estas considerações permitem pôr em crise a noção implícita de um só ponto de vista e de um só espaço (físico) definindo e informando esse ponto de vista. E remetem para a indispensável distinção entre o espaço-objecto real e a construção de uma multiplicidade de espaços-objects de conhecimento, instrumentos diferenciados para a apropriação cognitiva dos espaços reais. É de resto impossível não dar conta da extraordinária diversidade da representação do espaço, não só em termos de conhecimentos científicos, mas ainda de produção artística (v. g. as múltiplas representações, envolvendo diferentes códigos, implicados nos espaços pictóricos), ou de práticas ideológicas e políticas. Ao sair dos limites da geografia física para analisar estruturas e relações sociais na sua dimensão espacial, ainda mais se fazem sentir os efeitos ocultadores do empirismo que substitui por um espaço dado e tendencialmente homogéneo a construção de um conceito de espaço desdobrado numa pluralidade de espaços diferenciais a articular em diversos níveis da problemática e da teoria.

O trabalho sociológico de índole monográfica defronta-se com a questão, logo na designação-delimitação do seu objecto.

Bastaria por exemplo pensar nas migrações, nas deslocações de maior ou menor frequência e amplitude, na distinção censitária entre população presente e residente, para notar o absurdo de postular a univocidade das relações entre um dado território e uma certa população. Não é pois possível ceder à comodidade da definição de fronteiras uniformes. Em função dos problemas retidos (formas dos processos de trabalho, relações familiares, práticas ideológicas e políticas, processos de comercialização, etc., etc.), se construirão as diferentes espacializações das relações sociais, cujo conjunto, comportando naturalmente sobreposições, desenhará de facto as fronteiras teoricamente pertinentes.

No quadro assim definido, em que os espaços são pensados a partir das redes de relações que os produzem e transformam (material e ideologicamente), é evidente que os espaços físicos não são meras dimensões passivas das relações sociais, antes resistem, exigem adaptações, condicionam. Nas relações sociais agrárias sabe-se bem como têm importância específica as determinantes ecológicas, recobrando elementos como o relevo, o clima, os níveis «naturais» de fertilidade. Assim reaparecem as chamadas relações natureza-sociedade, exigindo na investigação concreta formulações teóricas tanto mais cuidadosas quanto se faz apelo a conhecimentos de proveniências distintas em termos de matrizes disciplinares.

As «monografias regionais» incorrem necessariamente nos erros que procurámos enunciar? Evidentemente que não e seria de resto absurdo mover um processo abstracto ao trabalho do geógrafo. A geografia humana serve-nos apenas de pretexto para a esquematização de alguns dos limites e obstáculos a ter em conta no uso da monografia. Relembremo-los resumidamente.

A um objecto geral ambíguo e pré-determinado (a região), sucede-se, para cada monografia específica, a delimitação arbitrária de um espaço físico, objecto real transformado em objecto teórico a que as aparências do senso comum emprestam unidade e relativa homogeneidade. O enciclopedismo e o ecletismo teóricos manifestam-se depois na amálgama de variáveis retidas («físicas» e «humanas»), cuja distinção e ponderação apenas se traduzem no enunciado ritual de um certo ordenamento descritivo por rubricas e em certas remissões (influências recíprocas) impressionistas. Está por fim pronto o resultado final (a monografia) que o modelo acumulativo-indutivo de raiz empirista propõe para a comparação e a generalização.

1.2 A ANTROPOLOGIA

É possível agora utilizar o exemplo da etnologia para ilustrar outros problemas relacionados com o método monográfico. Reteremos dois como fundamentais: um, já referido noutra perspectiva, é o do fechamento do campo analítico; o outro é o do anti-historicismo.

Não é altura de recordar os pressupostos gerais da teoria funcionalista, tais como foram formulados e também utilizados nos trabalhos dos fundadores da antropologia inglesa. É conhecida a herança organicista de tais pressupostos, a dívida teórica a autores como Spencer e Durkheim, bem como, num outro plano, as condições sociais do desenvolvimento da etnologia nos primeiros decénios deste século⁷. Também não importa aqui desenvolver as críticas genéricas movidas ao funcionalismo e ao estruturo-funcionalismo, como a acusação de, ao privilegiar as noções de função e de estrutura, ao pensar a ordem, o consenso, o controlo, a integração, a harmonia, o equilíbrio, se condenar à invisibilidade da contradição e da mudança.

As monografias etnográficas ou etnológicas interessam-nos em primeiro lugar porque o seu objecto genérico, as chamadas comunidades primitivas, são por assim dizer o antepassado referencial de toda a aplicação do método. Dessas comunidades se afirmava serem coesas, homogéneas, simples (ao nível da hierarquia social, do poder, da divisão de trabalho, dos efeitos exercidos pelos condicionamentos «naturais» e «sociais»), fechadas ao exterior (ou rompendo essa autarcia apenas ao nível das relações de troca), auto-subsistentes, restritas (na dimensão do grupo humano), mantendo uma relação estável ou pelo menos determinável ao espaço físico⁸.

Embora o princípio da unidade do objecto tenha sido postulado de

⁷ Cfr. Alvin Gouldner, *The coming crisis of western sociology*, Londres, Heinemann, 1971, p. 116 e sgs.

⁸ Note-se contudo que um estudo tão paradigmático como o «kula ring» se não cantonava ao princípio de que a teoria do social se constrói a partir do estudo de «entidades discretas». Cfr. Hermínio Martins, «Time and Theory in Sociology», in *Approaches to Sociology: An introduction to major trends in British Sociology*, organizado por John Rex, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1974, pág. 277.

forma diversa no curso da história da antropologia, indo desde a vaga noção de *etnia* a uma soma variável de características grupais que delimitariam e definiriam as sociedades primitivas, a verdade é que o método monográfico se ajustava sob medida a um tal objecto. E não admira assim que o uso do primeiro e a construção do segundo se constituíssem num movimento único a partir dos referidos pressupostos da teoria funcionalista, no âmbito da qual a imediata coincidência do objecto real (grupos humanos mais espaço físico) com o objecto do conhecimento, era uma evidência inquestionável.

Se no entanto está longe de poder ser aceite sem discussão esse empirismo tendencial de análise no campo da etnologia, muito menos é aceitável a sua transposição acrítica em termos de construção do objecto «comunidade rural» nas formações sociais modernas. É que aí muito patentemente se não revelam as características atrás enunciadas, e toda a verosimilhança teórica do fechamento do campo nos moldes tradicionais se desvanece por completo. Adiante retomaremos a questão.

Por outro lado o funcionalismo etnológico declarou guerra ao evolucionismo linear que o antecedeu, cuja historicidade se reduzia a um esquema abstracto do progresso da sociedade humana pensado como a passagem unilinear a formas cada vez mais heterogéneas e complexas.

Radcliffe-Brown proclamava a antropologia uma ciência indutiva cujas leis se formariam por comparação entre sistemas sociais, ciência anti-histórica que se não perderia na «história conjectural», fabricada por via dedutiva.

A antropologia inglesa do primeiro pós-guerra constitui assim, na sua demarcação em relação ao positivismo comteano e ao evolucionismo de Morgan e de Spencer, a abertura para o funcionalismo e o estruturalismo modernos. E da sociologia clássica, fundamentalmente de Durkheim, retira justamente uma das condições de constituição do seu objecto: a afirmação simultânea da sua descontinuidade espacial e temporal. As comunidades «primitivas» ou «arcaicas» são pois pensadas como sistemas, como totalidades de elementos interdependentes de que as funções constituem o momento dinâmico. O conjunto das relações de interdependência, tal como o modelo teórico o apreende, é o que se chama a estrutura do objecto analisado. E a distinção entre causa eficiente e função, que Durkheim relembrou, não é tida em conta: retêm-se apenas os modelos teleológicos, os finalismos fechados que se articulam com o catálogo explícito ou implícito das «necessidades humanas», dos pré-requisitos (imperativos) funcionais.

O tempo ou tempos históricos são postos entre parêntesis, remetidos para o exterior do objecto, operação facilitada (justificada) pelo carácter pretensamente cíclico, repetitivo, não cumulativo do tempo nas chamadas sociedades segmentares. A temporalidade retida em termos de análise identifica-se assim com a sincronia ou a acronia: outras sincronias anteriores apenas servirão para marcar semelhanças e diferenças, nunca como elementos geradores e simultaneamente explicativos.

A polarização ideológica entre o reducionismo evolucionista e o anti-historicismo estruturo-funcionalista, contribuiu para desfocar duravelmente a questão da temporalidade, não só na antropologia como em outras ciências sociais. A noção de tempo cronológico e homogéneo, desembocando em partições de fases ou etapas abstractas da história, manifesta os seus efeitos por exemplo nas ideologias do «atraso» e do «subdesenvolvimento» que ao dotar-se do necessário referencial — as formações capitalistas oci-

dentais — justificam as políticas intervencionistas de diversos matizes e sempre das intenções mais puras.

Por agora bastará afirmar com G. Frank⁹ que numa realidade social particular existe simultaneamente o seu passado, o seu presente e o seu futuro. Significa isso que a dimensão histórica não pode ser elidida. Mas há que ter em conta temporalidades diferenciadas, coexistências e sobreposições temporais construídas a partir dos campos analíticos retidos como pertinentes (campo das relações económicas, políticas, ideológicas...). Ou seja, que não se trata tanto de elaborar cronologias gerais (subordinadas regra geral à temporalidade do político), mas chamar à explicação da sincronia essas histórias internas, no âmbito do que se pode chamar uma sociologia histórica.

Pode fazer-se uma certa aproximação entre o etno e europocentrismo etnológico, condicionado pela expansão e as formas de dominação colonial, e as aproximações teóricas às articulações cidade-campo, indústria-agricultura, no interior das formações sociais capitalistas. Num e noutro caso as condições sociais (colonialismo; «revoluções industriais») determinaram globalmente as configurações específicas das produções teóricas em disciplinas diversas (antropologia; sociologia geral e rural). Num e noutro caso se aceitou um referencial de análise localizado no polo dominante (a metrópole colonial; o urbano). Num e noutro caso certas formas teóricas (o funcionalismo das totalidades parciais e fechadas; o evolucionismo-reducionismo das fases ou estádios de desenvolvimento) tenderam a constituir os modos privilegiados de análise. Num e noutro caso outras formas teóricas se contrapuseram, embora as complementassem, às dominantes (o relativismo cultural; o populismo) para tentar marcar a especificidade e a irredutibilidade dos objectos. Por último, em ambos os casos o percurso teorias-métodos-técnicas-produtos tendeu a polarizar-se no «discurso gago» das monografias descontínuas ou na homogeneização insensível às diferenças.

2. SOCIOLOGIA RURAL

Certas condições histórico-sociais presidiram portanto ao surgimento e desenvolvimento do evolucionismo e do anti-historicismo de raiz estruturo-funcionalista. Essa dicotomia ideológica que marcou profundamente as análises etnológicas, não deixou também de se reflectir no estudo da questão agrário-camponesa bem como no uso (ou não uso) do método monográfico accionado neste campo.

É possível defender a hipótese de que a herança evolucionista, por um lado, e o ênfase posto no desenvolvimento das relações de produção capitalistas ao nível industrial, por outro, terão implicado distorsões na análise da questão agrária por parte do próprio Marx. Mas o que nos interessa agora, em função da sua proximidade e do seu impacte, é ver brevemente quais as principais deformações que nessa sede introduziram as versões dogmáticas e empobrecidas do materialismo histórico.

Tais versões constituem uma das mais claras ilustrações do chamado hiato entre a teoria e a investigação empírica. A teoria da história aparece reduzida à descrição abstracta da evolução necessária das sociedades, ao enunciado da compartimentação periodizada de modos de produção que

⁹ Gunther Franck, «Functionalisme et Dialectique», *L'Homme et la Société*, n.º 12, Abril-Maio-Junho de 1969.

sucessivamente se geram uns aos outros segundo uma ordem pré-determinada e universalmente aplicável. Cada um dos períodos históricos, cada uma das formações sociais integráveis nesse período, são caracterizados numa concepção economicista da relação base-superestrutura que conduz à *dedução* de todo o sistema social a partir das «forças produtivas materiais». Assim se transfigura a cláusula de determinação em última instância pelo económico num mecanicismo (teoria do reflexo) que ainda por cima progressivamente reduziu o conjunto das relações de produção de que falava Marx ao desenvolvimento tecnológico. E quando se reintroduz o conceito de propriedade, para ilustrar a célebre contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, é ainda submetendo-o a uma operação que lhe retira a característica fundamental de poder (económico) e o reduz e uniformiza por referência à sua dimensão exclusivamente jurídica.

O mesmo modelo dedutivo-reducionista se aplica ao estudo da questão agrária nas formações sociais capitalistas. Uma vez definidas as leis gerais de evolução de tais sociedades, uma vez constatada a situação dominada do sector agrícola, passa a afirmar-se a inevitabilidade do desenvolvimento uniforme, *urbi et orbi*, de tal sector, segundo o padrão das relações de produção no polo urbano dominante. E se as *diferenças* não podem ser ignoradas, quer pela sua visibilidade excessiva quer pela sua durabilidade histórica, elas são levadas à conta de resíduos, de sobrevivências, de particularidades, de acidentes, de obscurecimentos. O conhecimento identifica-se assim com o núcleo essencial que se obtém uma vez removida a ganga accidental que recobre os factos ou os fenómenos.

Esta descrição esquemática e algo caricaturada terá permitido mostrar que a filosofia escolástica da história, ocupando o lugar duma inexistente teoria do social, constitui um sólido guia para a invisibilidade do real. Ela ignora a necessidade de diversos níveis analíticos articulados, instrumentos cujo objectivo último será o conhecimento das situações concretas enquanto «sínteses de múltiplas determinações». E à unidade contraditória dos processos históricos comportando uma prodigiosa diversidade, substitui uma unidade essencial metafísica, eliminadora das diferenças. Lenine costumava citar uma frase de Goethe mais ou menos assim: a teoria é cinzenta, meu amigo, e a árvore da vida eternamente verde. Mas de facto o modelo dedutivo/ilustrativo acaba por se tornar irremediavelmente cinzento ao elidir na prática o próprio problema da investigação empírica, ou porque de todo não a faz, ou porque nela utiliza instrumentos conceptuais totalmente incompatíveis com os postulados da «teoria geral».

No que respeita agora às monografias rurais conduzidas no âmbito duma perspectiva empirista, é de certa maneira o inverso que se verifica, já que todo o ênfase é posto na necessidade de trabalho no terreno, na recolha sistemática de informação. Para além das pressuposições envolvidas na própria delimitação do objecto de análise, atrás mencionadas, desenvolve-se aqui um procedimento de tipo cumulativo-indutivo-comparativo. Afirma-se a coerência interna e o desenvolvimento auto-sustentado da «comunidade» ou da «sociedade» rural. Postulada a totalidade tendencialmente fechada do objecto (indivíduos + território), procede-se à descrição «neutra» e exaustiva da pluralidade dos seus elementos e relações distribuída por capítulos mais ou menos estanques e obedecendo a uma ordem tanto quanto possível uniforme: geografia, demografia, família, etc. Presume-se a possibilidade de explicação construída depois e sobre a recolha dos

elementos descritivos, como se a descrição não fosse sempre e logo uma ordenação de sentido comandada teoricamente, de forma explícita ou implícita. Os múltiplos níveis assim justapostos e resultantes de operações teórico-metodológicas informadas por matrizes disciplinares diversas, cujos conceitos são as mais das vezes acriticamente importados, aparecem como o conhecimento (monográfico) da tal comunidade ou sociedade rural. Trata-se então de multiplicar os trabalhos deste tipo, passando a um segundo nível de justaposição, já que a «sociedade global» é pensada como uma pluralidade de compartimentos de «sociedades rurais» e de «sociedades urbanas» cujo conhecimento resultará do ajustamento de todas as peças do «puzzle». A partir dos vários trabalhos monográficos será assim possível, por comparação e generalização, construir tipologias e finalmente induzir o conjunto do «país rural».

II

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DA MONOGRAFIA RURAL

Falar em modalidades de penetração do capitalismo na agricultura implica desde logo reconhecer que o modo de produção capitalista constituiu o espaço rural num espaço dominado, num espaço «periférico», cuja lógica de funcionamento-transformação é ininteligível se for pensada em termos de reprodução exclusivamente auto-sustentada.

É evidente que esse espaço conflitual e heterogéneo, definido a partir das estruturas e das práticas sociais que nele se inscrevem e articulam, desempenha certas funções «internas» específicas tendendo a preservar a coesão das colectividades rurais através da produção e reprodução da vida material e social nas suas múltiplas dimensões. Mas a compreensão dos processos sociais locais, dos seus conflitos e eventuais rupturas, exige igualmente que se tenham em conta certas outras funções genéricas «externas», com combinações, formas e ênfase diferentes conforme as modalidades de penetração e os períodos históricos.

Uma primeira função tem que ver com a reserva e fornecimento de força de trabalho. As comunidades domésticas agrícolas têm com efeito desempenhado historicamente um papel fundamental na produção/reprodução da força de trabalho que alimenta os outros sectores produtivos. Surgem a esse respeito situações que vão desde maciços e espectaculares êxodos rurais (migrações, emigrações), até formas mais ou menos generalizadas e estáveis de semi-proletarização (preservando as explorações agrícolas familiares), e mesmo, em certos casos, refluxos parciais implicando o congelamento «invisível» de subemprego. Já se vê que este tipo de problemas, quer pela complexidade das suas determinações, quer pela amplitude quantitativa e espacial dos seus efeitos, se não pode cantonar a análises regionais mas tem de ter em conta o desenvolvimento da divisão nacional e internacional do trabalho.

Uma segunda função refere-se ao fornecimento de bens alimentares e, de um modo mais geral, ao processo de acumulação de capital a montante e a juzante do processo de produção na agricultura, com o largo cortejo de efeitos que a punção do sobreproduto agrícola tem exercido nas formações

sociais capitalistas. Há que ter aqui em conta questões como a do funcionamento do crédito, a das indústrias de adubos, rações e alfaias agrícolas, a das empresas agro-alimentares e comerciais, a das estratégias e intervenções estatais (sistemas tributários, políticas de preços, de subsídios, de assistência, de comercialização, de extensão rural, de reforma agrária, etc.). A elas se liga a função de contenção do valor da força de trabalho (através do fornecimento a baixo preço de produtos agrícolas essenciais) e do valor do capital constante (pelo fornecimento de certas matérias-primas). Mas neste âmbito há que analisar ainda outras questões como a do desenvolvimento do mercado interno, a dos níveis diferenciais de salários (agricultura/indústria/serviços), a das razões de troca desigual no interior das formações sociais e, em termos de mercado internacional, a das articulações dessas relações de troca com as relações de produção.

Outra função respeita às dimensões político/ideológicas. Não esquecendo a variabilidade e o carácter contraditório das situações concretas e portanto o simplismo relativo das generalizações, pode no entanto dizer-se de um modo geral que as classes no campo, e do ponto de vista que mais nos interessa, fracções significativas do campesinato, têm desempenhado no essencial funções de estabilização político-social através de formas que vão do apoio explícito e aliança efectiva com os blocos no poder das formações sociais capitalistas, até formas mais ambíguas e ténues de reserva de apoio ou de «neutralidade» na luta de classes. Há aqui igualmente lugar para a análise dos discursos ideológicos (e das respectivas condições de produção) que contribuem para cimentar essa hegemonização política, e que, com múltiplas variantes, tendem a ocultar as contradições entre as classes e fracções nos campos, afirmar a sua homogeneidade essencial, exaltar as virtudes da ruralidade. A esta função se articulam problemas como o da centralização estatal, da estrutura e processo de transformação dos prolongamentos locais do aparelho de estado e das formas de controlo político (administrações regionais, sistemas de patrocínio, etc.) bem como os que se referem aos processos de absorção/transformação/resistência às manifestações ideológicas da chamada cultura de massa.

Dum outro ponto de vista, o espaço rural é pensado em termos de renda fundiária. A renda diferencial de localização, uma das formas da renda diferencial I de que falava Marx, embora tendencialmente em redução por força do progresso geral da produção social criador de mercados locais e de novos meios de transporte¹⁰, continua no entanto a manifestar-se, na proximidade, por exemplo, dos grandes mercados urbanos. Mas o próprio Marx dava já conta da possibilidade de interferência contraditória de outros factores sobre essa forma de renda. A implantação industrial e terciária alargada às periferias urbanas tende a disputar com vantagem à agricultura os terrenos mais amplamente servidos pelos benefícios das chamadas infraestruturas gerais das redes urbanas. O alargamento das zonas de «tempos livres» (basta pensar na crescente e em geral anárquica implantação de vivendas de fim de semana), a construção das grandes cidades-dormitório, o alastramento das zonas turísticas, constituem outros tantos factores de concorrência sobre o espaço periférico com a produção agrícola.

Quer pela expropriação administrativa directa, quer pelos mecanismos da especulação fundiária, esta concorrência desigual traduz-se sempre no

alargamento do tecido urbano e na desestruturação do espaço agrícola, com a conseqüente deslocação, isolamento e empobrecimento das respectivas actividades.

Deste ponto de vista o espaço rural desempenha portanto uma função de reserva de espaço físico, que a dinâmica social dominante vai pouco a pouco digerindo, ao mesmo tempo que se acentuam os desequilíbrios regionais. É uma das contrapartidas, das outras faces, daquilo que se chama o processo de industrialização e de urbanização.

Estas e outras funções do espaço rural têm-se historicamente cumprido através de modalidades de penetração do capitalismo na agricultura que se ligam a diferentes relações de produção e a formas também diversas de reprodução das classes sociais envolvidas e da sua luta: é o conjunto desta problemática que se designa por *questão agrária*. Quando se analisa mais especificamente a «resistência» (multiforme e contraditória) a essa penetração por parte de classes produtoras respeitando a relações de produção não estritamente capitalistas, fala-se então em *questão camponesa*.

Dizíamos no termo de um trabalho já referido o seguinte: «[...] a análise das relações sociais agrárias [...] só ganha pertinência se recusar o isolamento do objecto: afirmar, como o fizemos, a reprodução simultânea e articulada dos sectores da submissão real e da submissão formal na agricultura portuguesa, no quadro do desenvolvimento desigual do capitalismo e sob o domínio do modo de produção capitalista (de sede urbana), só faz sentido justamente a partir de um «ponto de vista» que vai da formação social no seu conjunto para a «questão agrária» e encontra no percurso a rede complexa das respectivas mediações»¹¹.

Qualquer trabalho empírico sobre uma formação social capitalista, no âmbito da sociologia rural, envolve sempre, em termos da problemática de partida, em termos dos problemas seleccionados, em termos de alguns dos conceitos que utiliza, o recurso a proposições teóricas de natureza geral. Tais proposições referem-se no essencial à teoria do modo de produção capitalista enquanto conhecimento de mais elevado grau de abstracção e generalidade sobre os níveis e modalidades das determinações na produção e reprodução das relações sociais. O estudo de relações agrárias em Portugal recorrerá ainda, em articulação com essas proposições, a conhecimentos relevando da história da formação social portuguesa.

A um segundo nível de abstracção ter-se-á de recorrer a uma teoria do *lugar da agricultura* (da sua forma de inserção) no modo de produção capitalista, bem como a elementos provenientes da história desse lugar na formação social portuguesa. Algumas das questões atrás referenciadas é justamente a este nível que se colocam: o enunciado indicativo das «funções» do espaço rural, supõe a constituição desse espaço como «periférico», dependente, dominado, em relação ao processo do polo industrial/financeiro/comercial.

Um terceiro nível refere-se à teoria (análise) das modalidades de penetração do capitalismo na agricultura que se pode articular, no plano do trabalho empírico, com as próprias monografias rurais.

Modalidades de penetração/modalidades de submissão: como já vimos apela-se desde logo, e na sequência dos níveis anteriores, para a constituição de espaços analíticos abertos a partir da compreensão de que o nível local

¹¹ Eduardo de Freitas, J. Ferreira de Almeida, M. Villaverde Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura ...*, op. cit.

é ponto de aplicação de determinações de índole mais vasta. A teoria das modalidades é uma teoria das *diferenças*, é uma teoria das configurações diferenciais sobre a base das histórias internas locais e regionais, do processo de reprodução das relações sociais agrárias em fases determinadas do desenvolvimento capitalista. Efeitos diferenciais induzidos pela lógica de conjunto, «resistências» e transformações auto-sustentadas (lógicas espaciais, regionais) dentro do domínio de compatibilidade dessa lógica, efeitos em retorno, tal é o tipo de questões que essa teoria contempla.

Ela pode, dizíamos, comandar os elementos essenciais de uma pesquisa empírica. A partir, por exemplo, do par submissão formal — arrendamento rural (como relação de produção), é possível definir um conjunto articulado de campos analíticos que circunscreverá espaços rurais susceptíveis de nessa perspectiva constituírem objecto de monografias. Embora a selecção definitiva dependa naturalmente de razões e critérios em boa parte extra-científicos, ela não pode deixar de obedecer também aos critérios de pertinência teórica.

Uma vez fixado o objecto — espaço rural a analisar — é evidente que se não pode esperar encontrar aí situações homogéneas. Surgirão formas e tipos diversos de propriedade, diferentes relações de produção e processos de trabalho, várias classes e fracções ligadas à agricultura (e não só o campesinato) e a outros sectores económicos, modos distintos de extracção do produto do sobretabalho (e não só a punção por via dos mecanismos do mercado de mercadorias a montante e a juzante da produção agrícola), manifestações ideológicas, processos aparelhos e agentes de socialização, mecanismos de poder e de mediação diversificados.

Basta pensar num exemplo de «problema social» como o do chamado êxodo rural, para se ver a multiplicidade das suas implicações e portanto dos campos e níveis teóricos indispensáveis para o seu estudo.

Em termos de teoria da mobilidade, dir-se-ia que o êxodo corresponde a um dos tipos — a mobilidade geográfica — do «sistema de mobilidade», que compreende igualmente a mobilidade social, profissional, cultural, de rendimentos, etc. Mas os usos empíricos da noção de mobilidade tendem a ocultar o processo fundamental e dominante da reprodução das relações de classe. A sede de análise dos movimentos migratórios há-de assim encontrar-se na teoria da reprodução diferenciada das classes sociais, ao duplo nível da reprodução dos lugares (relações) de classe e da reprodução (produção-qualificação-distribuição) dos agentes. Êxodo rural significará então, desde logo, uma forma de distribuição da força de trabalho implicando, por um lado, a respectiva transferência entre sectores económicos diferentes, e por outro, deslocações maciças no espaço nacional e/ou inter-nacional; se se trata apenas de transferência profissional, deverá falar-se em êxodo agrícola.

A multiplicidade e a significativa diversidade dos processos históricos de movimentos migratórios rurais não infirmam a efectiva subordinação, em última instância, dessa forma de distribuição dos agentes, à lógica do processo de acumulação do capital. Bem pelo contrário, só a partir da compreensão das determinações sociais do êxodo se pode utilmente pôr questões empíricas como por exemplo a dos mecanismos «distribuidores» a nível ideológico, económico, político, tentando para cada processo concreto encontrar o seu peso relativo em termos de «atração» (v. g. procura directa pelas empresas de sede urbana nacional ou estrangeira) ou (repulsão) (v. g. inviabilização-expropriação das explorações agrícolas).

Se se trata de uma transferência maciça (o saldo migratório tende a ultrapassar o saldo fisiológico positivo), sem contrapartida da realimentação dos lugares de classe de origem, então uma primeira e importante implicação é a da sub-reprodução desses lugares. Mas é evidente que a questão se não esgota em dimensões quantitativas, traduzidas pela diminuição relativa e absoluta da população activa agrícola — essencialmente o campesinato e o proletariado rural —, antes implica processos complexos de transformação das relações sociais agrárias. A explicação teórica de tais processos passa pela construção, recolha e articulação de indicadores como o envelhecimento da população ligada à agricultura, a feminização do trabalho, a alteração eventual das áreas de endogamia, a afectação diferencial dos espaços pela intensidade e ritmo do êxodo. Mas muitos outros elementos carecem de análise: classes e fracções primacialmente afectadas (com diferentes ritmos e em diversos períodos); modificações em outras classes e fracções no âmbito local mas não directamente ligadas à produção agrícola (por exemplo empolamento das chamadas categorias terciárias); transformações ao nível da estrutura fundiária, da incidência do capital técnico, dos mercados fundiários, das taxas de renda, das formas de circulação, dos processos de trabalho, do funcionamento institucional, das mediações com o exterior, dos mecanismos internos de decisão, das referências e comportamentos ideológicos.

Também não é irrelevante a interrogação sobre se os fluxos são irreversíveis, ou se perduram formas de semi-proletarização envolvendo migrações temporárias ou «parciais», em que a produção agrícola doméstica se mantém, embora diminuída da força de trabalho dos migrantes semi-proletários: uma das consequências será a degradação das condições de produção, eventualmente ocultada pelos rendimentos de proveniência salarial.

O poder de controlo dos Estados de acolhimento sobre os fluxos migratórios é praticamente descricionário, como vieram demonstrar as medidas de estancamento desses fluxos tomadas pelos países industrializados a partir de 1973/74. Na previsão ou sequência de conjunturas de crise, esses Estados de imigração, baseados até no estatuto jurídico de estrangeiro, têm assim a faculdade de exportar para os países de origem o seu próprio desemprego, quer pela contenção da imigração, quer até pela pressão (geralmente indirecta) ao retorno. Mas mesmo independentemente deste tipo de situações, muitos outros factores levam a formas mais ou menos amplas de reversibilidade das emigrações, de que é necessário descrever e explicar os efeitos. Para além das outras dimensões indispensáveis à análise, há aí que observar a reinscrição ideológica, cultural e política nos seus lugares institucionais privilegiados: a casa, a festa, a língua, a família, a vizinhança, a igreja, a escola, a herança, o mercado.

A compreensão dos processos migratórios encontra no entanto provavelmente o seu ponto de partida fundamental naquilo que designámos pelo segundo nível de teoria no âmbito da sociologia rural: a teoria (e a história) do lugar da agricultura no modo de produção capitalista. A problemática desse lugar é com efeito a da subordinação do espaço agrícola à lógica da acumulação do capital, através nomeadamente das suas funções «externas»: cabe aí o estudo das formas de extracção do sobreproduto agrícola e, duma maneira mais geral, dos mecanismos sociais diversificados de punção do sobretrabalho, bem como o da produção-reprodução da força de trabalho

no âmbito historicamente privilegiado dos grupos domésticos rurais. Sabe-se como o efectivo cumprimento das funções do espaço agrícola tem em certas fases do processo histórico implicado a desestruturação das respectivas funções «internas», a ruptura das colectividades rurais de tipo tradicional; e sabe-se também como os volumosos fluxos migratórios são um momento essencial de todo esse processo de transformação.

É assim que se desenvolve, tanto nos países de imigração como nos pólos industriais dos países de emigração, um mercado suplementar e estrutural de força de trabalho, alimentado por emigrantes e por migrantes temporários. Ele contrasta com o mercado «normal» pelas condições que oferece em termos de instabilidade, de baixa remuneração básica, de ausência ou insuficiência de salários indirectos, de desqualificação profissional, de pressões político-ideológicas de tipo racista. Desta forma se constitui, com um carácter mais ou menos durável, uma fracção instável da classe operária, um «lugar» de proletariado marginal, com custos reduzidos de produção e reprodução da força de trabalho para os sectores produtivos de acolhimento, e com efeitos políticos, ideológicos e económicos importantes (exército industrial de reserva; pressões sobre os salários; capacidade reivindicativa das organizações sindicais e políticas, etc., etc.). Processos deste tipo têm em geral, como vimos, contrapartida nas regiões de origem: as situações de semi-proletarização de famílias camponesas. O que de resto permite, à custa embora da desvitalização agrícola local mais ou menos acentuada, do incremento das distorções sectoriais e regionais e da ruptura em termos sociais, económicos e demográficos da relativa autarcia antiga, não secar aí a fonte de reprodução da força de trabalho. Ainda que conseguida através de mecanismos substancialmente diferentes, não é ilegítimo aproximar este género de situações das «reservas» sul-africanas — os «jazigos de mão-de-obra negra»¹².

Mas ainda a nível local, os movimentos migratórios são com frequência acompanhados de processos de concentração e de integração vertical (total ou quase-integração), forma mais visível do progressivo controlo sobre a produção agrícola por parte das empresas a montante e a jusante. Processos que vêm esvaziando de conteúdo técnico e económico a pequena propriedade da terra, até à transformação do camponês que manteve a «viabilidade» da sua exploração e é por isso formalmente independente, num assalariado à peça¹³.

Estas e muitas outras questões que a respeito de um problema como o do êxodo se podem pôr, servem aqui apenas para ilustrar a necessidade de articular os diversos níveis da teoria bem como de recorrer às histórias internas diferenciais dos campos analíticos que se sincronizam (condensam os seus efeitos) no «momento actual». É uma das condições para se não ceder à tentação naturalista de instituir o movimento migratório como um dado, subproduto inevitável do «progresso», ele próprio desdobrado em noções como pressão demográfica, industrialização, racionalidade económica, crescimento, mobilidade, ou outras. Trata-se, pelo contrário, de problematizar o conjunto do processo, o que não deixa, evidentemente, de remeter para a pluralidade das dimensões enunciadas.

¹² Cfr. Claude Meillassoux, *Mulheres, celeiros e capitais*, Porto, Afrontamento, 1977, p. 261.

¹³ Cfr. P. Evrard, D. Hassan, C. Viau, *Petite Agriculture et capitalisme*, (édition de travail), I. N. R. A., Paris, 1976.

Resta acrescentar que mesmo o nível mais próximo da operacionalidade empírica, o da teoria das modalidades de penetração, não dispensa a «tradução» em linguagem da pesquisa, a construção dos conceitos especificados, operacionais e classificatórios (variáveis), aptos para medida. Ou seja, a superação do hiato entre as linguagens da teoria e da investigação empírica também nesta sede exige, e visto que não pode haver isomorfismo rigoroso entre elas, a construção de teorias auxiliares — relações entre conceitos e variáveis por forma a integrá-los num conjunto cuja consistência, provisoriamente assegurada pela «teoria principal», importa afinal pôr à prova através da dinâmica de investigação¹⁴.

Contra as tentações do dedutivismo teórico mais ou menos disfarçado, é necessário reafirmar que a produção de conhecimentos supõe o trabalho no terreno, a investigação empírica. Contra o hiperfactualismo empirista conduzindo ao somatório das totalidades fechadas, à ignorância dos processos sociais contraditórios de conjunto, à reprodução elaborada das ideologias práticas, das noções de «senso comum», há que procurar percursos teóricos alternativos e explícitos que dispam o método monográfico de certos pressupostos habituais do seu accionamento. Claro que a fecundidade eventual desses percursos só se revelará no comando efectivo da pesquisa se ampliando a problemática sobre o rural, criando a visibilidade de novos problemas de investigação, contribuïrem de facto para a inteligibilidade das situações concretas.

¹⁴ J. Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976, p. 147 e segs.